

CEG 2011

Contraproposta da empresa contraria seus resultados financeiros

Em rodada de negociação ocorrida no último dia 21, a CEG apresentou contraproposta imediatamente rejeitada pela Comissão dos Trabalhadores e pelo Sindicato, que informaram à empresa que não abrem mão da reivindicação de reajuste de 8% para os salários e demais benefícios definida na última Assembléia.

Veja, abaixo, a contraproposta patronal:

Reajuste salarial – 6,8%

Reajuste do tíquete refeição – 7%

Reajuste dos demais benefícios e verbas salariais – 6,3%

Diante do posicionamento firme da Comissão e do Sindicato, a empresa convocou uma nova reunião para quinta-feira (28 de julho), gerando nova expectativa na categoria de que suas reivindicações sejam, finalmente, atendidas.

Existe uma grande contradição entre o comportamento da empresa à mesa de negociação e seus resultados financeiros nos últimos anos (só em 2010, seu lucro girou em torno de R\$ 400 milhões, o que a coloca entre as 500 maiores empresas do mundo).

Enquanto isso, desde janeiro os detentores de cargo de chefia já recebem com aumento, o que mostra claramente o tratamento discriminatório dispensado aos demais trabalhadores.

Como se não bastasse o tratamento diferenciado no caso do Plano de Saúde. Enquanto chefias e diretoria têm acesso aos melhores hospitais e médicos do Rio de Janeiro, os trabalhadores têm de se contentar com uma rede bem inferior.



A realidade dos fatos é que a diferença entre o que a categoria pede e o que a empresa oferece não chega a R\$ 20 mil mensais, enquanto isso, nos eventos promovidos pela empresa são gastos milhões.

A CEG pode ter um comportamento à altura de seus resultados financeiros, reconhecendo a capacidade e comprometimento de seus trabalhadores para que alcançasse tais números.

Os trabalhadores não abrem mão de sua reivindicação e o Sindicato fará de tudo para que ela seja atendida.

É hora de unidade e mobilização.

O Sindicato vai promover um ato à porta da empresa e conta com a colaboração e participação de todos os trabalhadores.

Não basta dizer que está indignado. É preciso mostrar esta indignação.

Sem luta não há conquista!

Salários e juros, escada e elevador social

Apesar da virulência da campanha de setores empresariais, da mídia e do governo para empurrar os salários escada abaixo, enquanto os juros continuam subindo pelo elevador social, o segundo semestre inicia com campanhas salariais vitoriosas, todas com ganhos reais para os seus trabalhadores. Os índices variam entre 2 a 3%, mas graças à ação sindical apontam para cima, fortalecidos pela determinação da classe trabalhadora em se apropriar de uma parcela do crescimento.

O desafio agora é turbinar esses percentuais a partir da mobilização de categorias como a dos trabalhadores no sistema financeiro, petroleiros, químicos e metalúrgicos, o que repercutirá muito positivamente ao injetar recursos na veia da economia.

Diferente do alegado recentemente pelo presidente do BC, Alexandre Tombini, salário não gera inflação. Entre as décadas de 80 e 90, por exemplo, os ganhos dos trabalhadores foram tremendamente aviltados, a pobreza aumentou e o índice de inflação foi estrondosamente alto. Muito diferente disso, no período de 2004 para cá, praticamente todos acordos salariais fecharam sem perdas e uma parcela expressiva conquistou ganho real, possibilitando que o país superasse a crise com crescimento e distribuição de renda.

Na prática, as declarações do presidente do BC e outros que insistem na falsa tese de que o salário é inflacionário atenta contra a realidade para criar um caldo de cultura favorável ao arrocho, o que equivaleria a dar um tiro no pé do crescimento.

Enquanto isso, o BC continua alavancando os juros, cujos patamares já ultrapassaram o nível da irresponsabilidade. É óbvio que isso nada tem a ver com o enfrentamento à inflação, mas com ampliar ainda mais os ganhos dos bancos à custa do dinheiro público. Afinal, a elevação de juros só faz aumentar a sangria da sociedade e do

Estado – que já repassaram mais de R\$ 100 bilhões aos bancos somente este ano - e os custos das empresas, erguendo barreiras e dificultando os investimentos produtivos. Convertendo-se, portanto, no fator mais inflacionário da economia. O seu impacto só não é mais visível no bolso da população por conta das importações subsidiadas pelo câmbio, à custa da desnacionalização de setores da economia.

A CUT já disse mil vezes e continuamos reafirmando: o que causa a inflação é a especulação, a ação dos monopólios e oligopólios privados e o descontrole do sistema financeiro, que pratica altas taxas de juros que fomentam o parasitismo especulativo. A inflação se combate com produção e não com restrição ao consumo, como nos querem fazer crer os monetaristas.

Um exemplo bastante concreto da sazonalidade da inflação que o país registrou há pouco – o que comprova que não era uma inflação de demanda – foram os aumentos dos combustíveis, puxados particularmente com o etanol, cujo preço é manipulado por meia dúzia de monopólios privados – em sua quase totalidade estrangeiros; os percentuais altíssimos de reajuste dos preços indexados de energia e telefonia, praticados pelas empresas privatizadas, e os reajustes das mensalidades.

Diante da gravidade deste quadro, o governo brasileiro precisa adotar urgentemente, de forma clara e audaciosa, uma política de regulação de preços. No álcool, fortalecendo a presença e a participação do Estado, através da Petrobrás; no caso dos alimentos, com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio de uma política de estoques reguladores e potencialização da agricultura familiar.

É hora de colocar o povo nas ruas para derrotar os especuladores.